

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1-I

Apesar da existência de uma legislação própria para o tema, o volume de crimes cibernéticos no Brasil vem crescendo, sobretudo em tempos de pandemia, com o consequente desenvolvimento de uma maior dependência dos sistemas conectados. Em 2020, foram registradas 156.692 denúncias, um número bastante superior ao apresentado no ano de 2019, quando 75.428 casos foram contabilizados.

Delitos relacionados à pornografia infantil caracterizam 98.244 denúncias, sendo este o crime mais cometido. Infrações relacionadas a racismo e discriminação estão no segundo lugar dos casos registrados, de acordo com a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, uma parceria da ONG Safernet e com o Ministério Público Federal.

Os crimes cibernéticos de natureza financeira — como invasão de computadores, roubo de senhas e dados bancários, além de golpes gerais de extorsão — também aumentaram, e grande parte das ações tiram proveito da pandemia. Em 2020, houve registros do aumento em 41.000% de *sites* com termos relacionados a “coronavírus” e a “covid” em seu domínio.

Golpes recentes praticados no Brasil utilizam fundos de garantia e informações sobre calendário de vacinação para chamar a atenção das vítimas: em junho de 2021, criminosos usaram o FGTS para roubar dinheiro pela Internet; em maio de 2021, *hackers* usaram a procura pela vacina contra o coronavírus para interceptar dados bancários.

Crimes cibernéticos podem assumir várias formas, mas há dois tipos mais praticados: crimes que visam o ataque a computadores — seja para obter dados, seja para extorquir as vítimas, seja para causar prejuízos a terceiros — e crimes que usam computadores para realizar outras atividades ilegais — nesses casos, dispositivos e redes servem como ferramentas para o criminoso.

Internet: <www.techtudo.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias veiculadas no texto CG2A1-I.

- 1 A atual legislação brasileira a respeito de crimes cibernéticos não abrange toda a diversidade de crimes que são praticados na rede.
- 2 Os crimes de racismo e discriminação estão entre as práticas criminosas que mais cresceram na rede mundial de computadores durante a pandemia.
- 3 A pandemia acarretou, entre outros problemas, o desenvolvimento de uma interdependência dos sistemas conectados e o aumento do volume de crimes cibernéticos no Brasil.

Acerca das estruturas linguísticas do texto CG2A1-I, julgue os itens a seguir.

- 4 No segundo período do segundo parágrafo, o emprego do sinal indicativo de crase no “a” que antecede “racismo” prejudicaria a correção do texto.
- 5 A correção gramatical do primeiro período do terceiro parágrafo seria mantida caso a forma verbal “tiram” fosse substituída por **tira**.
- 6 No quarto parágrafo, logo após “vítimas”, a substituição do sinal de dois-pontos por ponto final, com o devido ajuste de maiúscula e minúscula, manteria a correção do texto, mas não a sua coerência.
- 7 A correção e o sentido do texto seriam mantidos se, no último parágrafo, a forma verbal “há” fosse substituída por **existem**.
- 8 Os sentidos e a correção do texto seriam preservados se, no último parágrafo, o trecho “seja para obter dados, seja para extorquir as vítimas, seja para causar prejuízos a terceiros” fosse reescrito da seguinte maneira: para obtenção de dados, para extorsão das vítimas e para causar prejuízos a terceiros.
- 9 No trecho “crimes que visam o ataque a computadores” (último parágrafo do texto), o termo “que” remete semanticamente ao nome “crimes”, que o antecede, e funciona como sujeito da oração “que visam o ataque a computadores”.

Espaço livre

Texto CG2A1-II

A Constituição Federal de 1988 (CF) apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais: introduziu instrumentos de democracia direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular), instituiu a democracia participativa e abriu a possibilidade de criação de mecanismos de controle social, como, por exemplo, os conselhos de direitos, de políticas e de gestão de políticas sociais específicas.

Foi com o retorno do exercício dos direitos civis e políticos que os conselhos como esferas públicas entraram em cena na institucionalidade democrática, como mecanismos institucionais de participação da sociedade civil organizada. A CF criou as condições jurídico-políticas para a criação e a funcionalidade de órgãos de natureza plurirrepresentativa, com função de controle social e de participação social na gestão da coisa pública. Os conselhos de políticas públicas e de direitos constituem, portanto, formas concretas de espaços institucionais de exercício da participação social.

Vê-se, assim, que a implementação efetiva dos direitos depende da realização de políticas públicas, cujas linhas gerais estão previstas na CF, assim como da participação popular na formulação das políticas públicas de saúde, assistência social, educação e direitos da criança e do adolescente. Essa participação ocorre por meio dos conselhos respectivos, em especial dos conselhos municipais, que estão mais próximos dos interesses da comunidade.

Se, em âmbito nacional, os conselhos de políticas públicas — saúde, educação e outros — foram paulatinamente criados como órgãos de gestão e de monitoramento da gestão das políticas sociais, no campo dos conselhos de direitos e defesa dos direitos humanos, foi somente após a CF, com a institucionalização do Estado Democrático de Direito, que os órgãos de defesa dos direitos humanos ampliaram-se na cena política brasileira.

Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, de acordo com as ideias do texto CG2A1-II.

- 10 A participação popular na formulação de determinadas políticas públicas deve-se à influência dos conselhos municipais.
- 11 Antes do ano de 1988, não havia mecanismos de controle social institucionalizados no Brasil.
- 12 Para a implementação efetiva dos direitos, são imprescindíveis a realização de políticas públicas e a participação popular na formulação dessas políticas.

Com referência às estruturas linguísticas e ao vocabulário empregados no texto CG2A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 13 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o trecho “instituiu a” (primeiro parágrafo) fosse substituído por **deu início à**.
- 14 No último parágrafo, a substituição do vocábulo “somente” por **mormente** não prejudicaria a correção nem a coerência do texto, mas o seu sentido original seria alterado.
- 15 No início do primeiro período do segundo parágrafo, caso os vocábulos “Foi” e “que” fossem suprimidos, a correção e o sentido do texto seriam mantidos desde que o vocábulo “com”, no início da sentença, fosse grafado com inicial maiúscula e uma vírgula fosse empregada logo após “políticos”.

Acerca do editor de texto LibreOffice Writer 7.1, do programa de correio eletrônico Mozilla Thunderbird e da computação em nuvem, julgue os itens subsequentes.

- 16 Uma das principais características da computação em nuvem é a elasticidade: uma empresa pode usar os recursos de acordo com a sua demanda, inclusive aumentando ou diminuindo, dinamicamente, a sua capacidade computacional.
- 17 No LibreOffice Writer 7.1, por meio do ícone , disponível na barra de ferramentas Padrão, o usuário pode inserir, no documento em edição, um caractere especial, não disponível no teclado.
- 18 A formatação manual de um texto no LibreOffice Writer 7.1 não substitui o estilo, caso este esteja aplicado ao documento em edição.
- 19 Recomendações é um dos painéis disponíveis no gerenciador de extensões do Mozilla Thunderbird, em sua versão mais atual.

Julgue os itens seguintes, a respeito de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, dos aplicativos para segurança da informação e dos procedimentos de backup.

- 20 O usuário proprietário de uma pasta no Dropbox pode transferir a propriedade dessa pasta para outro usuário, por meio do Explorador de Arquivos do Windows 10.
- 21 Um *firewall*, mesmo o do tipo simples, garante a proteção contra todas as modalidades de ataques de computador; por isso, ele é um dos aplicativos de segurança mais confiáveis que existem.
- 22 Ao se programar um backup, o único fator que importa é definir com precisão em quais dispositivos (fitas ou discos) a cópia de segurança deverá ser armazenada.
- 23 Um IDS baseado em rede tem a finalidade de monitorar o tráfego de pacotes de rede para descobrir possíveis atividades suspeitas; entretanto, devido às suas limitações técnicas, ele não pode ser usado para impedir que usuários excluam, acidentalmente, arquivos do sistema.

Julgue os itens seguintes, acerca de planejamento estratégico.

- 24** Na escola de planejamento estratégico embasada no poder, a estratégia é um processo de negociação por meio do exercício da influência para negociar estratégias favoráveis a interesses, em que os pontos fortes residem na valorização de aspectos como a cultura da organização e o exercício da liderança.
- 25** Na elaboração do planejamento estratégico, o ponto neutro significa variável identificada pela organização, não obstante sem critérios e parâmetros de avaliação para sua classificação como ponto forte ou fraco.
- 26 Situação hipotética:** Mércia, consultora organizacional, entende que o cenário ideal para o planejamento estratégico é aquele que descreve a evolução da cena da conjuntura atual até a conformação de outra cena, hipotética, para o horizonte temporal definido, a qual, segundo os especialistas e de acordo com as condições atuais, é a de maior probabilidade de ocorrência naquele horizonte temporal. **Assertiva:** Nessa situação, o entendimento de Mércia está correto.
- 27 Situação hipotética:** Tamires, assessora organizacional, defende que a PGE/RJ, ao estabelecer como resultados organizacionais “amparo jurídico à prestação de serviços públicos”, “defesa dos recursos públicos” e “contribuição para a legalidade dos atos da administração pública”, estará vinculando-os à perspectiva do *balanced scorecard* de Estado e sociedade. **Assertiva:** Nessa situação, o raciocínio de Tamires está correto.

Acerca da gestão governamental, julgue os itens subsequentes.

- 28** No processo público de contratualização de resultados, três fases são importantes para o alcance dos objetivos: negociação, construção do instrumento e gerenciamento.
- 29** Os indicadores de tendência medem se os objetivos foram alcançados após um período de tempo suficiente para confirmar seus efeitos.
- 30** No modelo de gestão de pessoas por competências, as competências funcionais se referem a conhecimentos, habilidades e atitudes que cada função ou cargo da organização requer.

A respeito de Estado, governo e administração pública, da organização administrativa do Estado e dos agentes públicos, julgue os itens subsequentes.

- 31** Embora se desdobre em três funções, o poder estatal é uno, indivisível e indelegável.
- 32** Os cargos em comissão, salvo quando ocupados por servidor concursado, são de livre nomeação e exoneração.
- 33** É dado ao Estado o poder de criar entidade sem definir o objeto de sua atuação de forma precisa, desde que a indicação genérica seja suficiente à compreensão do serviço público a ser prestado.
- 34** As empresas públicas detêm os mesmos privilégios e as mesmas prerrogativas do Estado.
- 35** Toda pessoa física que prestar serviço ao Estado, ainda que temporariamente, é considerada agente público.

A respeito da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE/RJ), do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, dos atos administrativos e do controle e responsabilização da administração, julgue os itens que se seguem.

- 36** Para aquele que for nomeado para cargo de provimento efetivo, o prazo para entrada em exercício contará da data de recebimento do aviso de nomeação.
- 37** Compete à PGE/RJ defender o Poder Legislativo em juízo ou fora dele.
- 38** O direito de petição consiste em um dos instrumentos de controle da administração pelo administrado.
- 39** O ato administrativo pode ser posto em execução pela própria administração pública em razão da imperatividade.
- 40** Motivo é o pressuposto de fato ou de direito que fundamenta o ato administrativo.

À luz dos dispositivos elencados na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens seguintes.

- 41** Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o repúdio ao racismo.
- 42** Proposta de emenda constitucional com o objetivo de tornar facultativo a todos os cidadãos o voto nas eleições a serem realizadas no Brasil em 2024 viola a CF visto que o voto obrigatório configura cláusula pétreia.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes à organização político-administrativa do Estado e aos direitos e garantias constitucionais.

- 43** Para satisfazer a exigência constitucional de prévio aviso relativamente ao direito de reunião, o grupo interessado em realizar manifestação em local público poderá divulgá-la nas redes sociais, sem a necessidade de uma notificação formal aos órgãos públicos, desde que a veiculação da informação permita ao poder público zelar para que o exercício do referido direito se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local.
- 44** Caso não exista lei federal que disponha acerca de normas gerais de direito penitenciário, os estados federados poderão exercer a competência legislativa plena, para o atendimento de suas peculiaridades.
- 45** O lazer é um direito social garantido expressamente na CF.

Acerca de aspectos diversos relacionados ao Poder Legislativo, entre eles o seu funcionamento e suas atribuições, julgue os itens a seguir.

- 46** Compete ao TCU julgar as contas dos administradores e de demais responsáveis por valores públicos da administração direta e indireta.
- 47** Considere-se que Sávio, eleito senador de determinado estado brasileiro em 2018, tenha sido investigado, em 2020, por crime de peculato praticado após a sua diplomação e que a investigação tenha culminado em denúncia contra o parlamentar, protocolada pela Procuradoria Geral da República no Supremo Tribunal Federal. Nessa situação, recebida a denúncia, o STF deverá solicitar ao Senado Federal licença formal do senador para que este possa ser processado e julgado criminalmente pelo Poder Judiciário.

De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

48 O Conselho Nacional de Justiça integra a estrutura do Poder Judiciário e não exerce jurisdição.

49 O advogado-geral da União, escolhido pelo presidente da República, deve ser membro de carreira da Advocacia-Geral da União.

50 As procuradorias de estado gozam de autonomia administrativa e financeira.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens que se seguem, relativos às características básicas das organizações formais.

- 51** A estrutura organizacional é definida no nível institucional, enquanto a departamentalização ocorre no nível intermediário.
- 52** Na diferenciação vertical, a estrutura organizacional se caracteriza por múltiplos departamentos e divisões.
- 53** Em organizações com alto nível de centralização, são tomadas decisões *top down*.
- 54** Em organizações altamente centralizadas, os gestores de nível inferior participam ativamente do processo decisório.
- 55** A estrutura de uma organização em que se adota uma amplitude de controle extensa é caracterizada por elevado número de subordinados, sendo achatado o formato de seu organograma.
- 56** Em organizações com baixo grau de integração, há elevado nível de coesão interdepartamental.

Relativamente à organização administrativa em geral e a aspectos dessa organização no Brasil, julgue os próximos itens.

- 57** Na desconcentração, as funções são compartilhadas entre diferentes órgãos, que podem pertencer a diferentes esferas administrativas, o que frequentemente gera quebras de hierarquia.
- 58** Na descentralização, pode-se prever a distribuição de competências entre pessoas físicas ou jurídicas.
- 59** Nas autarquias brasileiras, adota-se o regime de patrimônio privado, o que garante a impenhorabilidade de bens.
- 60** No Brasil, admite-se a existência de autarquias previdenciárias, corporativas, ambientais, culturais e de fomento, entre outras.

Acerca da gestão de processos nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 61** A gestão de compras é considerada um processo de apoio em órgãos da administração direta e indireta.
- 62** Os processos centrais estão relacionados com transformação de insumos para gerar os produtos ou serviços destinados ao cliente final da organização.
- 63** Em uma universidade pública, a gestão do ensino é considerada um processo central, e a gestão de pessoas, um processo de apoio.

Julgue os itens seguintes, pertinentes à gestão de contratos e a processos licitatórios.

- 64** Na modalidade de licitação concorrência, pode-se adotar o maior desconto como critério de julgamento dos concorrentes.
- 65** Para a seleção de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos, a modalidade de licitação mais recomendada é o pregão.
- 66** No processo licitatório, a fase de habilitação precede a fase de apresentação de lances.
- 67** No processo licitatório, pode-se estabelecer margem de preferência para bens reciclados ou biodegradáveis.
- 68** Restaurações de obras de arte são exemplos de serviços que se incluem entre os casos de inexigibilidade de licitação.
- 69** Admite-se, em edital de licitação, a exigência de que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja formado por mulheres vítimas de violência doméstica.

Relativamente a aspectos relacionados ao orçamento público, julgue os itens que seguem.

- 70** O conceito de orçamento público modifica-se ao longo do tempo, em razão das mudanças sofridas nas funções do próprio orçamento.
- 71** O processo orçamentário inicia-se com a elaboração da proposta orçamentária, seguida de sua discussão e aprovação, até às etapas de execução, controle e avaliação dessa execução, e sua duração tende a superar um exercício anual.
- 72** O orçamento de base zero é a técnica orçamentária por meio da qual, a cada exercício, o orçamento do exercício anterior é descartado, construindo-se novas projeções, tanto de despesa quanto de receita.
- 73** Os princípios do orçamento bruto e da universalidade têm objetivos similares.
- 74** O ciclo orçamentário encerra-se com a execução do orçamento proposto pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo.

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público no Brasil.

- 75** Diferentemente dos créditos suplementares, que se incorporam ao orçamento, os créditos extraordinários apresentam separadamente as despesas realizadas.
- 76** A realização de pesquisas e estudos socioeconômicos é uma das atribuições do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.
- 77** O plano plurianual apresenta, de forma centralizada, as metas, os objetivos e as diretrizes da administração federal para o país.
- 78** As metas da administração pública federal que servirão de base para a elaboração do orçamento anual integram a lei de diretrizes orçamentárias.
- 79** O orçamento anual estima as despesas e autoriza as receitas para o próximo exercício anual.
- 80** As classificações por natureza, por fonte e por função são próprias da receita pública.

Em relação a receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

- 81** Em sentido amplo, todo ingresso de recursos nos cofres do Estado é uma receita pública.
- 82** Constitui dívida ativa a despesa pública devidamente empenhada, mas não paga ou cancelada.
- 83** Na fase de recolhimento, o contribuinte entrega ao poder público a receita que a este é devida.

Acerca de princípios da arquivologia, da legislação arquivística e de protocolo, julgue os itens que se seguem.

- 84** A distribuição de documentos é feita após o registro do documento no setor de protocolo.
- 85** O documento de arquivo deve estar relacionado ao contexto criador, ou seja, às funções e atividades que lhe deram origem.
- 86** O princípio da pertinência é o fator norteador da constituição do fundo de arquivo.
- 87** O prazo máximo de restrição de acesso a informações ultrassecretas é de vinte e cinco anos, de acordo com a legislação.
- 88** Os documentos públicos são identificados como ativos, de gestão e culturais.

Julgue os próximos itens, relativos a gestão, preservação e conservação de documentos.

- 89** A classificação de documentos de arquivo deve basear-se no assunto do documento.
- 90** A ordenação é a forma como os documentos são dispostos em uma unidade de classificação, categoria ou grupo.
- 91** Microfilmagem ou digitalização são as possibilidades de destinação final do documento, conforme a tabela de temporalidade de documentos de arquivo.
- 92** As atividades de conservação envolvem a difusão, a criação de pontos de acesso e a reformatação.
- 93** Para o acondicionamento de documentos de arquivo, podem ser utilizados materiais como pastas suspensas ou caixas-arquivo, sendo o armazenamento feito em mobiliário nos depósitos.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes a gestão patrimonial.

- 94** O cadastramento de materiais requer catalogação prévia.
- 95** Os direitos de uso de marcas são classificados como bens incorpóreos.
- 96** Na cessão de um bem patrimonial de um órgão público do governo federal para outro de mesma natureza, transfere-se o direito de propriedade do material.
- 97** Deve-se manter uma mesma sistemática de controle para todos os bens patrimoniais de um órgão, de forma a viabilizar registros contábeis fidedignos.
- 98** Em inventário analítico de bens patrimoniais realizado por órgão público do governo federal, devem constar, entre outros elementos, descrição padronizada, valor e número de registro.

Acerca de materiais estocáveis, julgue os seguintes itens.

- 99** A cobertura do estoque indica quantas vezes determinado item ou o conjunto de materiais cíclicos é repostado em determinado período.
- 100** As balanças contadoras/pesadoras podem ser utilizadas para as conferências quantitativas no recebimento de grandes quantidades de pequenas peças.
- 101** Compras emergenciais podem gerar incrementos do estoque.
- 102** Na administração direta, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso.
- 103** O ideal é que a área de separação de pedidos de um almoxarifado seja localizada no centro deste espaço, de forma a facilitar o acesso a todos os itens.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos institutos da litispendência e da coisa julgada.

- 104** Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- 105** Há litispendência quando se repete ação que já teve decisão de mérito transitada em julgado, com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- 106** Em face do princípio da segurança jurídica, a litispendência pode ser alegada até mesmo após a sentença de mérito proferida em ação idêntica ajuizada anteriormente.

Considerando que o processo judicial é composto pelas fases postulatória, instrutória, decisória, recursal e de cumprimento de sentença, julgue os itens a seguir.

- 107** A audiência de conciliação, quando realizada, ocorre na fase instrutória do processo judicial.
- 108** No rito seguido pelo procedimento comum, a apresentação da contestação encerra a fase postulatória, a cargo do réu.
- 109** Encerra-se a fase recursal diante do trânsito em julgado da decisão em face da impossibilidade de interposição de recurso.
- 110** Em caso de julgamento antecipado do mérito, por não haver necessidade de produção de outras provas, não haverá o ingresso na fase instrutória, passando-se à fase decisória com a prolação da sentença.

Julgue os próximos itens, referentes a contagem e preclusão dos prazos processuais.

- 111** Denomina-se preclusão à perda do direito de manifestação no processo no momento oportuno.
- 112** Na preclusão lógica, a parte perde o direito de realizar o ato específico por deixar de se manifestar no prazo estipulado, sem que prove justa causa para tal.
- 113** Na preclusão consumativa, a parte perde o direito de realizar um ato em razão de ter aceitado decisão anterior sem nenhuma reserva.
- 114** Denomina-se preclusão temporal a impossibilidade da parte em realizar um ato processual devido ao fato de ele já ter sido realizado anteriormente.

No tocante ao sistema recursal brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 115** Os embargos de declaração cabem em qualquer decisão judicial; têm por finalidade esclarecer obscuridade, contradição, suprir omissão ou corrigir erro material; e devem ser interpostos no prazo de cinco dias úteis.
- 116** Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de outro recurso.
- 117** Da sentença cabe recurso de apelação.
- 118** Os recursos ordinários em mandados de segurança, *habeas data* e mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão, serão julgados pelo STJ.

Julgue os seguintes itens, a respeito do processo de execução contra a fazenda pública.

- 119** Diante de ausência de manifestação da fazenda pública ou transitada em julgado a decisão que a rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente.
- 120** Em execução fundada em título extrajudicial, a fazenda pública será citada para apresentar contestação no prazo de trinta dias.